



Ponto de situação dos pedidos de informação para análise do OE/2013

Com a anuência da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, a UTAO solicitou, nos dias 12 e 17 de outubro, ao abrigo do disposto na Lei n.º 13/2010, de 19 de julho, elementos informativos à Direcção-Geral do Orçamento (DGO) e ao Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério das Finanças (GPEARI-MF) com o objectivo de suportar a análise a efetuar à proposta de Orçamento do Estado para 2013.

A maioria das questões colocadas à DGO - Direcção-Geral do Orçamento foi respondida, tendo o GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais respondido apenas parcialmente.

Adicionalmente, solicitou-se a reposição do acesso aos técnicos da UTAO ao domínio "Proposta de Orçamento" do Portal do SIGO – Sistema de Informação de Gestão Orçamental, da responsabilidade da DGO, entretanto interrompido durante os trabalhos de preparação do OE/2013. A consulta a esta base de dados permite uma análise detalhada, nomeadamente por possibilitar a pesquisa a um número mais alargado de elementos. No entanto, a DGO invocou um problema na gestão dos acessos, tendo remetido pelo correio uma *pen-drive* contendo uma réplica (parcial) da base de dados orçamental. Esta solução de recurso permitiu obviar, embora apenas parcialmente, as dificuldades causadas pela impossibilidade de acesso *online*.

Ponto de situação dos pedidos de informação para análise do OE/2013, efetuados no âmbito da Lei n.º 13/2010, de 19 de Julho

1. GPEARI do Ministério das Finanças – pedido de 12.10.2012

Informação solicitada	Ponto de situação
Cenário Macro	
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização dos valores em milhões de euros, a preços correntes e a preços constantes: PIB, consumo privado, consumo público, FBCF, FBCF do S13, FBCF dos restantes sectores institucionais, variação de existências, exportações e importações de bens e serviços. Contributo da procura interna e da procura externa líquida para a variação do PIB (em p.p.); saldo da balança de serviços; saldo da balança de rendimentos (em % do PIB); 	Respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> • Hipóteses subjacentes às projeções macroeconómicas para as seguintes variáveis: taxa de câmbio efetiva real (com base no IPC, no deflator do PIB e nos Custos Unitários de Trabalho (ULC), em índice e em taxa de variação anual); quota de mercado das exportações (taxa de variação real, em %); remunerações, produtividade e ULC relativos (taxa de variação anual, em %); 	Parcialmente respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> • Atualização das séries, para o produto 1999-2013, do hiato do produto, componente cíclica da despesa, componente cíclica da receita, componente cíclica do saldo, em percentagem do PIB, com pelo menos 3 casas decimais; 	Respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> • Série do crescimento do produto potencial para o período 1999-2013. 	Respondido a 19-10-2011
Contabilidade nacional [2012 e 2013]	
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização dos valores, em milhões de euros e com pelo menos uma casa decimal, apresentados no quadro da estimativa 2012 e previsão para 2013, desagregando: <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação do impacto de cada medida de natureza fiscal no respetivo imposto – Avaliação do impacto de cada medida de natureza não fiscal na receita efetiva – Estimativa (do GPEARI) da elasticidade da receita fiscal e contributiva antes de medidas – Contribuições sociais, em contribuições sociais efetivas 	-
	Não foi disponibilizada informação para além da constante no OE/2012 e OE/2013
	Respondido a 19-10-2011, apenas parcialmente
	Não respondido
	Respondido a 19-10-2011

<ul style="list-style-type: none"> – Outras receitas correntes, em vendas e outras receitas correntes, evidenciando nas vendas as receitas previstas pela introdução de portagens nas ex-SCUT; 	Respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> – Prestações sociais, em prestações sociais em espécie, evidenciando pagamentos a hospitais empresa; saúde - gastos em convenções e farmácias; 	Respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> – Receitas de capital – detalhe sobre eventuais operações <i>one-off</i> (tais como transferência de fundos de pensões de bancos e outras) que influenciem esta rubrica e montante de fundos comunitários subjacentes à previsão; 	Respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> – Subsídios; 	Respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> – Consumo intermédio – evidenciar os encargos com PPP; 	Respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> – Despesa de capital – detalhe sobre operações <i>one-off</i> subjacentes à outra despesa de capital; 	Respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> – Impostos de capital (D91r). 	Respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> • Quadro com a quantificação do impacte das medidas de consolidação orçamental em milhões de euros em 2012 e 2013; ao nível da receita/despesa fiscal, solicita-se adicionalmente a avaliação do impacto das principais medidas por imposto nesses dois anos; 	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> • Quadro contendo a Receita Fiscal com e sem medidas de consolidação para os anos de 2012 e 2013; 	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> • Explicitação de elementos e valores subjacentes às previsões apresentadas para 2012-2013: <ul style="list-style-type: none"> – Estimativa para o valor das receitas de privatizações (distribuição anual em milhões de euros); – Estimativa utilizada para o montante do PAEF a usar na recapitalização das instituições financeiras e a respetiva distribuição anual; – Montante anual desagregado, em milhões de euros, das medidas pontuais/<i>one-offs</i> subjacente ao cálculo do saldo estrutural (2012-2013) [desagregação por operação pontual, tais como concessões, transferências de fundos de pensões, assunção de dívida garantia/empréstimos concedidos, etc.]. 	Respondido a 19-10-2011

Contabilidade Pública [2012 e 2013]

- | | |
|--|----------------|
| <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do impacto de cada medida de natureza fiscal no respetivo imposto no subsetor Estado – anos 2013 e 2014, e para 2012 para o caso das novas medidas incluídas no “Pacote Fiscal” e/ou na 2.ª proposta de OE/2012; | Não respondido |
| <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do impacto de cada medida de natureza não fiscal na receita efetiva no subsetor Estado. | Não respondido |
-

Dívida Pública [2012 e 2013]

- | | |
|--|-------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> • Montante, em milhares de euros, da dívida das administrações públicas expressa na ótica da contabilidade nacional, para os anos de 2012 e 2013; | Respondido a 19-10-2011 |
| <ul style="list-style-type: none"> • Quadro com a dinâmica da dívida pública e suas componentes: efeito do saldo primário, efeito dinâmico e outros ajustamentos (em % do PIB); | Respondido a 19-10-2011 |
| <ul style="list-style-type: none"> • Estimativa para o valor das receitas de privatizações utilizado na amortização da dívida pública [2012 e 2013]; | Não respondido |
| <ul style="list-style-type: none"> • Estimativa para o montante a usar na recapitalização das instituições financeiras [2012 e 2013]; | Respondido |
| <ul style="list-style-type: none"> • Estimativa para os juros a receber decorrentes de empréstimos da DGTF e CoCos; | Não respondido |
| <ul style="list-style-type: none"> • Estimativa para os depósitos bancários das administrações públicas resultantes dos desembolsos ao abrigo do PAEF (dados anuais, em milhões de euros); | Não respondido |
| <ul style="list-style-type: none"> • Estimativa para os empréstimos da DGTF às empresas do perímetro das Administrações Públicas (em milhões de euros não arredondados, e em percentagem do PIB). | Respondido |
-

2. Direção-Geral do Orçamento – pedido de 12.10.2012

Informação solicitada	Ponto de situação
Contabilidade Pública	
<ul style="list-style-type: none"> • Quadros (em Excel) apresentados no Relatório de receita e despesa do Estado (por classificação económica, orgânica e funcional, bem como despesa por grandes agregados); 	Respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> • Quadros (em Excel) apresentados no Relatório do OE/2013 com a receita e despesa da Segurança Social; 	Não respondido
<ul style="list-style-type: none"> • Quantificação dos fatores que explicam as diferenças, em alguns agrupamentos da receita/despesa dos subsectores Estado e SFA, que possam existir entre os Mapas da Lei I, IV, VI e IX (não consolidados) e os quadros do Relatório do OE/2013 por classificação económica (consolidados), nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> – diferenças de consolidação (correntes e de capital); – cativos previstos na Proposta de Lei do OE/2013 – quantificação por subsector (SI e SFA) e por classificação económica; – outras eventuais diferenças. 	Respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> • Quadro “Estimativa do subsector dos Serviços e Fundos Autónomos”, separando a “aquisição de bens e serviços” das “outras despesas correntes” e com o detalhe completo das “outras receitas correntes”, receitas de capital, transferências correntes e de capital. 	Não respondido com o detalhe solicitado
<ul style="list-style-type: none"> • Quadros anexos ao Relatório do OE/2013 com o detalhe completo das “outras receitas correntes”, receitas de capital, transferências correntes e de capital e “consumo público”, separando a “aquisição de bens e serviços” das “outras despesas correntes”: <ul style="list-style-type: none"> – Estimativa das Administrações Públicas (AP) – 2012 e Orçamento das AP – 2013. 	Respondido a 19-10-2011
<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento da Administração Central e Segurança Social. 	Não respondido
Contabilidade Nacional e especificação dos ajustamentos entre as duas óticas [2012 e 2013]	
<ul style="list-style-type: none"> • Quadros anexos ao Relatório do OE/2013 relativos à estimativa 2012 e Orçamento 2013 das AP em contas nacionais, solicitando-se o detalhe de informação relativo a: <ul style="list-style-type: none"> – Contribuições sociais efetivas; Vendas; Impostos de capital; Prestações sociais em espécie; Subsídios; Consumo Público; 	Respondido a 19-10-2011

Informação solicitada	Ponto de situação
<ul style="list-style-type: none"> • Quadros anexos ao Relatório do OE/2013 relativos à passagem da ótica da contabilidade pública à ótica da contabilidade nacional, solicitando-se a quantificação dos seguintes ajustamentos: <ul style="list-style-type: none"> – Ajustamento temporal dos impostos: IVA, ISP, IT e IABA; – Ajustamento caixa-compromissos do SNS; – Ajustamento caixa-compromissos da CGA; – Variação de dívidas a fornecedores da AdC sem SNS; – Variação de dívidas a fornecedores da AdL; – Variação de dívidas a fornecedores da AdR; – Reclassificação de Ativos financeiros e outras operações com impacto no défice: <ul style="list-style-type: none"> ○ Injeções/dotações de capital; Empréstimos; Execução de garantias; Assunções de Passivos; Regularização de dívidas às concessionárias. – Saldo em contabilidade nacional das Empresas reclassificadas da AdL; – Saldo em contabilidade nacional das Empresas reclassificadas da AdR. 	<p>Respondido a 19-10-2011 (Exceto a especificação por imposto do ajustamento temporal)</p>

3. DGO – pedido de 17.10.2012

Pedido adicional de elementos informativos referentes à proposta de OE/2013

Informação solicitada	Ponto de situação
OER/2012	
1. A proposta de lei relativa à 2.ª alteração do OE/2012 (PL498/2012) prevê no n.º 1 do artigo 84º., o aumento do <u>limite de concessão de empréstimos</u> e outras operações de crédito a realizar para 10 600 M€ (no 1ºOER/2012 foi de 9600 M€). Sabendo-se que a 2.ª alteração à lei do OE/2012 não introduziu modificações ao Mapa IV e IX na despesa com ativos financeiros, o que justifica o aumento deste limite em 1000 M€?	Respondido a 26-10-2012
2. A estimativa do <u>montante a transferir para o FRDP</u> em 2012 passou a ser de 2200 M€ (privatizações da EDP e REN), mais 600 M€ que o previsto no OER/2012, conforme o apresentado no quadro III.1.8 - <i>Despesa do Estado por classificação económica</i> do relatório do OE/2013. Por que razão este aumento não se encontra refletido nos mapas da lei que integram a PL498/2012?	Respondido a 24-10-2012
3. O quadro III.1.8 - <i>Despesa do Estado por classificação económica</i> do relatório do OE/2013 apresenta uma estimativa para a <u>despesa com ativos financeiros</u> de 23 505 M€. Sabendo que a 1ª alteração ao OE/2012 tinha elevado essa despesa para 24 164,8 M€, o que justifica que a estimativa para 2012 corresponda a uma diminuição de apenas inferior a 659,8 M€, quando se sabe que a dotação destinada à iniciativa para o reforço da estabilidade financeira em 2012 (12 000 M€) irá ter uma execução de apenas 4500M€, uma vez que os restantes 7500 M€ constam da dotação para este mesmo fim já inscrita na proposta do OE/2013?	Respondido a 26-10-2012
4. A leitura articulada dos mapas II e III que integram a PL498/2012 permite identificar a diminuição de 90 M€ na verba afeta à <u>dotação provisional</u> . Quais os agrupamentos de despesa que foram objeto de reforço?	Respondido a 24-10-2012

<p>5. De acordo com o apresentado no quadro III.1.7 – Receita não fiscal constante no relatório do OE/2013, a estimativa da <u>receita com ativos financeiros</u> para 2012 passou a ser de 3617,6 M€, um montante superior em quase 2000 M€ ao constante no OE/2012 (1624,9M€). O que justifica este aumento e por que razão esta alteração não se encontra refletida no mapa I que integra que a PL 498/2012?</p>	<p>Não respondido</p>
<p>6. A <u>transferência do OE para a segurança social</u> foi reforçada em 856M€. Contudo, as alterações orçamentais ocorridas ao nível do subsetor da segurança social apenas reconhecem a proveniência da transferência do OE no valor de 846,9M€, para além de reconhecerem adicionalmente uma verba de 30,5 m€ proveniente dos Serviços e fundos autónomos, subsetor que não contemplou qualquer reforço de transferências para a segurança social. A que se devem as discrepâncias?</p>	<p>Respondido a 24-10-2012</p>
<p>7. Foram indicadas eventuais incoerências identificadas nos mapas da lei, solicitando-se a análise das mesmas.</p>	<p>Respondido a 19-10-2012</p>
<p>OE/2013</p>	
<p>8. De acordo com o apresentado no quadro III.3.3 – Necessidades e fontes de financiamento do Estado em 2013, a previsão da <u>aquisição líquida de ativos financeiros</u> (exceto privatizações e reforço da estabilidade financeira) é de 5.546M€. Para o apuramento deste valor concorre a despesa com ativos financeiros líquidos de reembolsos (excluindo privatizações) no valor de 16 377,6 M€ (Desp. c/AF = 17 859,6 – Receita c/ AF = 1482M€) e a exclusão de 7 500 M€ relativos ao IREF, o que perfaz 8877,6 M€. A que se deve os restantes 3331, 6 M€? Incluir-se-ão aqui, 1500 M€ do Fundo de Resolução; empréstimo ao MEE (803 M€) e empréstimos á Administração local e regional (850M€) e que outros mais?</p>	<p>Respondido a 24-10-2012</p>
<p>9. O que justifica o novo <u>apoio financeiro do Estado</u> às sociedades PARUPS e PARVALOREM em 3800 M€, um reforço de aproximadamente 2700 M€ face a 2012?</p>	<p>Respondido a 26-10-2012</p>

<p>10. <u>Contas das Administrações Públicas</u> (pág. 253/254): pretende-se a desagregação dos dados da administração central (em duas colunas: Estado e SFA)</p> <ul style="list-style-type: none"> – Contabilidade pública – anos de 2012 e 2013 (com individualização da “aquisição de bens e serviços”) – Contabilidade nacional – anos de 2012 e 2011 	<p>Respondido no dia 24-10-2012</p>
<p>11. A que se deve o montante das “<u>outras despesas de capital</u>” das AP em contabilidade nacional para 2012 (-343 M€), nos quadros das págs. 90 e 253? Pretende-se a desagregação deste agrupamento (em transferências de capital, etc.).</p>	<p>Respondido no dia 24-10-2012</p>
<p>12. <u>Parcerias Público-Privadas</u> (Quadro II.3.5. da pág. 56): a estimativa dos encargos líquidos com PPP encontra-se numa ótica de caixa ou compromissos? Qual é a redução de encargos <u>líquidos</u> prevista para 2013?</p>	<p>Respondido no dia 26-10-2012</p>
<p>13. <u>Consumo intermédio</u>: individualizar os encargos com PPP e com comissões relativas aos empréstimos ao abrigo do PAEF, nos quadros em contabilidade nacional para os anos de 2012 e 2013 (págs. 253/254).</p>	<p>Respondido no dia 24-10-2012</p>
<p>14. <u>Cativos por classificação económica</u> e por subsetor, para 2012 e 2013 (com individualização da LPM e reserva orçamental), de acordo com a estrutura de agrupamentos e subagrupamentos constantes no Quadro III.1.8 <i>Despesa do Estado por classificação económica</i> do relatório do OE/2013.</p>	<p>Respondido no dia 26-10-2012</p>
<p>Estado</p>	
<p>15. “<u>Outras receitas de capital</u>” em 2013 = 750,3 M€ (Quadro III.1.7. – pág. 103). No texto do relatório é referido que, daquele valor, 500 M€ são relativos à concessão do serviço público aeroportuário e 20 M€ das licenças 4G. A que respeita o valor remanescente de 230,3 M€?</p>	<p>Respondido no dia 24-10-2012</p>
<p>16. Justificação para o aumento previsto com a <u>venda de bens de investimento</u> (+97 M€) e a <u>venda de bens e serviços correntes</u> (+121 M€), no Quadro III.1.7. da pág. 103</p>	<p>Não respondido</p>

<p>17. <u>Contribuição financeira para a U.E.</u> em 2012 = 1543,9 M€ (Quadro III.1.9, pág. 108). Este montante decorre da revisão dos recursos próprios efetuada pela Comissão Europeia (102,3 M€)?</p>	<p>Não respondido</p>
<p>18. <u>Contratos-programa</u> com os hospitais EPE e unidades de saúde: dotação para 2013 e montante subjacente à estimativa para 2012.</p>	<p>Não respondido</p>
<p>19. Reclassificação relativa à cobertura de encargos de investimento nas escolas de ensino não superior suportados pela <u>Parque Escolar</u> (pág. 107): em 2012 estava classificada em que agrupamento da despesa corrente?</p>	<p>Respondido no dia 24-10-2012</p>
<p>20. Solicita-se a melhor atenção para as seguintes eventuais <u>divergências</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Juros: Quadros III.1.8. (pág. 105) e III.1.9. (pág. 108); – Despesa do Estado por ministério: Quadro III.1.11 (pág. 111) vs. Quadros que constam das políticas setoriais do Capítulo 4 do relatório; – Contas das AP (Contabilidade Nacional), pág. 253, a diferença de consolidação relativa à receita total das AP excede em 9M€ as diferenças de consolidação que resultam da receita corrente e de capita (não existe esta divergência para 2012). 	<p>Respondido no dia 24-10-2012</p>
<p>Serviços e Fundos Autónomos</p>	
<p>21. Receita da <u>transferência do fundo de pensões da PT</u> em 2012:</p> <ul style="list-style-type: none"> – No OE/2012 foi inscrita uma dotação de 466,3 M€ mas, de acordo com o que se contra implícito na nota ao Gráfico III.1.7 (pág. 111), essa receita passaria para 475 M€ (pressupondo que o fundo de pensões do BPN ascende a 97 M€). Confirma-se que será de 475 M€? 	<p>Respondido no dia 24-10-2012</p>
<p>22. Identificação das <u>alterações ao universo</u> dos SFA em 2013 (entradas e saídas).</p>	<p>Respondido no dia 24-10-2012</p>
<p>23. <u>SNS</u>: orçamento para 2013 e estimativa para 2012, com o mesmo detalhe do Quadro III.1.14 (pág. 116).</p>	<p>Respondido no dia 24-10-2012</p>
<p>Segurança Social</p>	

24. <u>Quantificação do impacte</u> (em milhões de euros): i) da contribuição de 5% sobre subsídios de doença; ii) da contribuição de 6% sobre subsídios de desemprego.	Não respondido
25. Qual é dotação orçamental do programa " <u>Apoio Social Extraordinário para consumidores de energia - ASECE</u> " em 2013 (sem incluir o PES)?	Não respondido
Administração Local	
26. Individualização da <u>receita de IMI</u> no Quadro III.1.15 – pág. 118 (à semelhança do que foi efetuado para o IRS).	Respondido no dia 24-10-2012

4. GPEARI do Ministério das Finanças – pedido de 17.10.2012 Pedido adicional de elementos informativos referentes à proposta de OE/2013

Informação solicitada	Ponto de situação
1. Disponibilização dos valores para a <u>Dinâmica da dívida pública</u> em 2013, relativos ao Quadro II.2.3 do relatório do OE/2013.	Respondido a 19-10-2012
2. Disponibilização dos valores para a <u>Receita e despesa estrutural</u> em 2013, relativos ao Quadro II.2.2 do relatório do OE/2013.	Não respondido

Informação solicitada	Ponto de situação
<p>3. <u>Quantificação de impactes orçamentais</u> (em milhões de euros):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Desagregação do impacte da <u>reposição de subsídios</u> (1673,5 M€ no Quadro II.3.1.): <ul style="list-style-type: none"> o impacte da reposição de 1 subsídio aos funcionários públicos; o impacte da reposição de 1,1 subsídio aos pensionistas e reformados (desagregado em CGA e Segurança Social). – Impacte da <u>redução, no mínimo, em 50% do número de trabalhadores</u> com contrato de trabalho a termo resolutivo; – Impacte do <u>aumento da contribuição patronal</u> de 15% para 20% da remuneração sujeita a desconto de quota dos trabalhadores abrangidos pelo regime de proteção social. 	Não respondido
<p>4. A <u>taxa de juro de longo prazo</u> que serviu de hipótese ao exercício de projeção do cenário macroeconómico (média anual, em %), e que refletirá uma estimativa para a taxa de juro da dívida pública do programa de ajustamento (Note-se que as projeções do Banco de Portugal do Boletim Estatístico de Verão apontam para 2,3% e 2,5% em 2012 e 2013, respetivamente).</p>	Não respondido
<p>5. Desagregação do <u>Investimento Total</u> (FBCF P.51) em Residencial, Empresarial e Público, projeções para 2011, 2012 e 2013, em milhões de euros, a preços correntes e a preços constantes.</p>	Não respondido
<p>6. Projeções para a taxa de variação do <u>rendimento disponível</u> dos particulares, nominal e real, e para a <u>taxa de poupança</u> dos particulares (em % do rendimento disponível), subjacentes ao cenário macroeconómico, para 2012 e 2013.</p>	Não respondido
<p>7. Projeções para o <u>consumo privado</u> de bens duradouros e de bens não duradouros, em milhões de euros, a preços correntes e a preços constantes, para 2012 e 2013.</p>	Não respondido
<p>8. Projeções para a <u>taxa de desemprego</u> no IV trimestre de 2012 e de 2013.</p>	Não respondido

Informação solicitada	Ponto de situação
9. Taxa de variação dos <u>deflatores implícitos</u> (em %) para o PIB, Consumo Privado, Consumo Público, Investimento, Procura Interna, Procura Global, Exportações e Importações.	Não respondido
10. Desagregação das projeções do <u>Consumo Público</u> pelas suas componentes, em taxas de variação e em milhões de euros e a preços correntes e a preços constantes: Despesas com Pessoal (incluindo o detalhe para Ordenados e Salários e Contribuições Sociais dos Empregadores) e Bens e Serviços (incluindo o detalhe para Consumo Intermédio, Consumo de Capital Fixo, Prestações Sociais em Espécie, Exc. Exploração e Out. subs. à produção e Vendas).	Não respondido
11. Pretende-se a quantificação da nova medida de <u>reembolso da TSU para desempregados</u> > 45 anos: em número de empregos a criar e em contribuições sociais não recebidas.	Não respondido
12. Dúvidas sobre o exercício de <u>análise de sensibilidade</u> : i) qual a variação do PIB nominal (em p.p.) que resulta de uma variação do preço do petróleo em 20 USD? ii) a diminuição do PIB real em 1 p.p. (Gráfico I.2.4) pressupõe uma redução idêntica no PIB nominal?	Não respondido
13. Projeções para os <u>juros a receber</u> de depósitos e outros ativos (em Contas do Banco de Portugal, Aplicações Financeiras em Instituições de Crédito e outras).	Não respondido
14. Quantificação das parcelas relativas à rubrica " <u>poupança e medidas adicionais</u> " do gráfico II.2.1 (num total de 1,7% do PIB em 2012) em: poupanças com despesas c/ pessoal; juros; outras despesas correntes (quais?); suspensão de projetos de investimento, medidas de contenção da despesa da segurança social, tributação de rendimentos e mais valias; transf. para paraísos fiscais; concessão do serviço público aeroportuário.	Não respondido
15. Dúvidas sobre o quadro Quadro II.3.1. <u>Medidas de Consolidação Orçamental</u> : i) quais as prestações sociais que são reduzidas e por que montantes; ii) quais as empresas públicas reclassificadas que reduzem investimento; ii) reposição de subsídios: valor para funcionários públicos, pensionistas da SS e reformados da CGA.	Não respondido

Informação solicitada	Ponto de situação
16. Quantificação das medidas “ <u>no policy change</u> ” relativas aos “Quadro II.3.1. Medidas de Consolidação Orçamental” e “Quadro IV - Quadro Síntese das medidas orçamentais de redução da despesa”.	Não respondido
17. Dúvidas sobre as operações de <u>aquisição líquida de ativos financeiros</u> em 2012 (quadro III.3.2 e III.3.3.): i) o valor 10941 M€ (em 2012) é explicado através de diversas parcelas (EPR, AdRL, CGD, MEE) que representam 7 mil M€, faltando a explicação para cerca de 4 mil M€. A que se deve esta parcela? ii) o que justifica o valor de 5546 M€ em 2013? Estará relacionado com a variação dos depósitos cativos para o reforço da estabilidade financeira: 2500 M€ em 2012 e 4000 M€ em 2013?	Não respondido
18. <u>Receita das privatizações</u> em 2012 e 2013: i) qual a percentagem a aplicar à amortização de dívida?	Não respondido
19. Qual a razão pela qual a previsão de <u>receita do IUC</u> para 2012 é igual à estimativa de execução de 2012?	Não respondido
20. No Relatório do OE/2013 é referido “que a receita deste imposto [do IVA] se reduziria em 3,4% face à receita prevista em 2012, caso a transferência decorrente do IVA social se refletisse na respetiva receita líquida”, ou seja, à <u>receita líquida do IVA</u> do quadro III.1.5 acresceu-se apenas o IVA social do quadro III.1.17. (pág. 122), nada se referindo às transferências do IVA para a Segurança Social ao abrigo, respetivamente, do artigo 211.º da Lei do OE/2012 e do artigo 162.º da PL n.º 496/2012 (Financiamento do Programa de Emergência Social), cuja estimativa de execução para 2012 é de 176 M€ e a previsão para 2013 de 251 M€. Deste modo, levantam-se as seguintes questões:	-
<ul style="list-style-type: none"> - A previsão da receita líquida do IVA para 2013 inscrita no OE/2013 encontra-se (ou não) deduzida da transferência prevista no âmbito do Programa de Emergência Social? Note-se que a reconstituição pela UTAO do cálculo da variação do IVA não permite obter a redução de 3,4% referidos no texto; 	Não respondido

Informação solicitada	Ponto de situação
– Se a resposta anterior for afirmativa, qual é a razão do diferente tratamento deste tipo de transferências para a Segurança Social?	Não respondido